



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

Excelentíssimo Senhor
Vereador Ezio Jocelito Silva
Presidente da Câmara Municipal de Jaguari
JAGUARI/RS.

INDICAÇÃO N.º 015/2022

A Vereadora que a esta subscreve, da Bancada PDT, vem diante de Vossa Excelência, indicar ao Executivo Municipal, o presente Projeto de Lei e sua justificativa:

Considerando a importância dos Conselhos Municipais no fortalecimento da participação democrática da população, na formulação e implementação de políticas públicas, propondo, fiscalizando, controlando e deliberando sobre questões que afetam nossa sociedade, indica-se a criação do “**Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais**”, tendo em vista que o Município de Jaguari não possui este canal de participação, o qual atuará na defesa efetiva dos nossos animais, conforme Projeto de Lei modelo, em anexo.

Implantado, acredita-se que este dará condições necessárias para a manutenção da defesa, proteção, conservação e preservação da vida, da dignidade e do bem-estar dos animais, protegendo-os, assim, de maus tratos, abandono e exploração, quer sejam domésticos, domesticados e não domésticos (inclusive os destinados para abate), nativos ou exóticos, assegurando a implantação e manutenção de políticas públicas que levem a uma convivência harmoniosa entre os homens e os animais.

Nestes termos, pede deferimento.

Plenário Pedro Pellizzari, 20 de outubro de 2022.

Agnes de Fátima da Silva Patias,
Vereadora.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

PROJETO DE LEI N.º */2022**

Institui o Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA, órgão colegiado de caráter permanente e de natureza mobilizadora, propositiva e consultiva, de cooperação governamental nas políticas públicas destinadas à saúde, à proteção aos direitos, à defesa e ao bem-estar dos animais no Município de Jaguari.

§ 1º Os temas tratados pelo Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA relacionados à proteção, defesa e bem-estar animal serão voltados aos princípios e ações de proteção e amparo à vida dos animais no Município de Jaguari, visando também à saúde humana e a proteção ambiental.

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se animais domésticos aqueles com características apropriadas para a convivência com os seres humanos e que se habituaram a viver em casas e apartamentos, oferecendo companhia para as pessoas de todas as idades.

Art. 2º São atribuições do Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA:

I – solicitar, acompanhar e auxiliar na formulação de diretrizes e no controle da execução das políticas públicas destinadas à saúde, à proteção, à defesa, ao bem-estar e aos direitos dos animais no Município;

II – opinar sobre planos e projetos apresentados pelo Poder Público, que visem à preservação da saúde animal;

III – promover a integração do Conselho com entidades ligadas a organismos de proteção de animais no Município, visando auxiliar a consecução do Plano Municipal de Defesa dos Animais;

IV – fiscalizar a execução do Plano Municipal de Defesa dos Animais;



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

V – propor a realização de cursos, palestras, exposições, concursos, festividades, conferências, encontros e seminários que tratem de proteção de animais;

VI – deliberar sobre Política Municipal de Proteção à Vida e aos Direitos dos Animais;

VII – fiscalizar a execução da Política Municipal de Proteção à Vida Animal;

VIII – promover, organizar ou apoiar campanhas educativas visando sensibilizar e orientar à população sobre assuntos relacionados à saúde, à proteção, à defesa, ao bem-estar e aos direitos dos animais;

IX – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

Art. 3º O Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA será composto por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, designados pelo Prefeito Municipal, os representantes governamentais, de acordo com a seguinte representação:

I – um representante da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;

II – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III – um representante da Secretaria Municipal da Educação;

IV – um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

V – três membros da sociedade civil, ligados a causa animal, escolhidos em foro próprio por assembleia;

VI – um representante Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Subseção de Jaguari/Santiago, ligado à causa animal.

§ 1º O mandato dos Conselheiros será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º Os membros titulares dos segmentos que representam, terão seus respectivos suplentes, que serão conduzidos a titulares, em substituição, ao conselheiro que se declarar impossibilitado, poderão ainda participar das reuniões do Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA, juntamente com o conselheiro titular.

Art. 4º Os representantes (titular e suplente) dos órgãos e entidades, serão indicados pelas respectivas instituições e nomeados por portaria pelo Prefeito Municipal.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

Art. 5º O Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA terá sua organização e funcionamento disciplinados por Regimento Interno aprovado por maioria absoluta de seus membros.

Art. 6º O Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA elaborará, dentro de 90 (noventa) dias da nomeação dos seus membros, seu Regimento Interno.

§ 1º O Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Prefeito Municipal ou por seu presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de no mínimo um terço de seus membros.

§ 2º A convocação será feita por escrito, com antecedência mínima de 08 (oito) dias para as sessões ordinárias e de 24 horas para as extraordinárias.

§ 3º As decisões do Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA serão tomadas com aprovação da maioria simples de seus membros, com presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos membros, contando com o presidente o qual terá voto de qualidade.

§ 4º Nas reuniões para aprovação ou alteração do Regimento Interno e para a eleição da Diretoria do Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA, o quórum mínimo será de 2/3 (dois terços) dos membros.

Art. 7º Na primeira reunião de cada gestão o Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA elegerá, dentre seus membros, a diretoria, composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, que tomarão posse na mesma reunião.

Parágrafo único. As competências e atribuições dos membros da Diretoria serão definidas no Regimento Interno.

Art. 8º O Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA formalizará e aprovará suas propostas e recomendações, e as encaminhará ao Prefeito Municipal para eventuais providências.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

Art. 9º O desempenho das funções de membro do Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 10. O Poder Executivo prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Proteção aos Direitos dos Animais – CMPA.

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 12. O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.